

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 160

NAÇÕES E ESTILOS DE ECONOMIA POLÍTICA

João Antonio de Paula *

Hugo E. A. da Gama Cerqueira ^δ

Eduardo da Motta e Albuquerque •

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2001**

* Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-UFMG

^δ FAFICH-UFMG e Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-UFMG, E-mail:
hugo@cedeplar.ufmg.br

• Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-UFMG, E-mail: albuquerque@cedeplar.ufmg.br

Nações e Estilos de Economia Política

João Antonio de Paula *

Hugo E. A. da Gama Cerqueira **

Eduardo da Motta e Albuquerque *

Resumo: O texto discute a existência de estilos nacionais de economia política e apresenta características e fatores que influenciaram a constituição dos estilos alemão, austríaco, francês e inglês. Algumas implicações para a metodologia da história do pensamento econômico são discutidas.

Palavras-chave: estilos nacionais, economia política, discurso econômico.

Abstract: We investigate the existence of national styles of political economy and suggest the characteristics and determinants of the German, Austrian, French, and English styles. Some methodological implications for the history economic thought are outlined.

Key words: national styles, political economy, economic discourse.

Classificação JEL / JEL classification: B00; B40.

* Do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

** Da FAFICH/UFMG e do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

* Do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

Quando Stendhal escreveu, em seu romance *Armance* – “Em 1760, era preciso graça, espírito e não muito humor, nem muita honra, como dizia o regente, para ganhar o favor do senhor e da senhora. É preciso economia, trabalho obstinado, firmeza e ausência de qualquer ilusão, para tirar partido da máquina a vapor. Essa é a diferença entre o século que acabou em 1789 e o que começou por volta de 1815” – ele surpreendeu, no essencial, o sentido profundo de duas épocas históricas – suas sensibilidades, suas mentalidades, suas formas de vida, enfim... Esta descoberta, talvez, autorize ser legítimo pensar que a mudança que Stendhal captou se expresse de diversos modos e meios, mas, sobretudo, na longa tradição do romance romântico-realista do século XIX-XX: de Stendhal, Balzac a Flaubert, Proust; de Puschkin, Gogol a Turgeniev, Dostoiévsky, Tolstói; de George Eliot, Dickens a Thomas Hardy, Oscar Wilde.

Esta particular capacidade expressiva do romance moderno em revelar o essencial da sociedade que o cria não é sua exclusividade. Há um outro campo – a economia política – que também é ricamente dotado daquele poder de explicitação de aspectos nucleares da realidade social. É que o romance moderno e a economia política, cada qual à sua maneira, são os símiles possíveis da grande aventura narrativa representada pela *epopéia*. Se a *epopéia* clássica é o inventário das peripécias do herói-emblemático em sua complexa interação com o mundo, o romance e a economia política são as *epopéias* possíveis das peripécias de heróis-problemáticos: o indivíduo moderno condenado à liberdade e à alienação; a mercadoria-capital a que se atribui vida e que nesta condição subordina a vida real. Karel Kosik em seu *Dialética do concreto*, ofereceu-nos a bela metáfora em que o livro *O capital* e a tradição do “romance de formação”, são tomados como *epopéias* problemáticas e estranhadas (Kosik, 1976).

Trata-se, então, de reconhecer, como Marx o disse, que a economia política é uma forma privilegiada de extrinsecação do essencial das formações sociais. Mais ainda, trata-se de apontar que se a economia política é capaz de desvelar o decisivo da estrutura social, as formas como ela se manifesta nacionalmente, os diversos estilos nacionais de economia política, são explicitações das especificidades histórico-culturais de cada sociedade.

O texto que se vai ler inscreve-se no campo de estudos História do Pensamento Econômico, e sustenta que o seu desenvolvimento pressupõe entendê-lo como um capítulo, por certo decisivo, de uma determinada sociedade nacional concreta. Isto é, que a economia política, em que pese suas especificidades no referente a objetos-conceitos-métodos, é tributária da cultura, da fisionomia político-cultural de uma época, e de uma região.

1

Neste texto assume-se que o pensamento econômico reflete, em algum sentido, o conjunto das circunstâncias histórico-culturais que o forjaram, que o viram nascer. Dizer isto não significa negar a existência de uma dimensão autônoma, interna, regida por leis e procedimentos analítico-científicos, determinante decisivo da constituição de todo campo específico de conhecimento. Significa, na verdade, interrogar a justeza da tese de Schumpeter sobre a existência de uma dimensão do pensamento econômico, a análise econômica, que seria imune à contaminações ideológico-políticas, eternamente voltada para um único objetivo – o desenvolvimento dos métodos de análise econômica no sentido de sua plena aproximação do prevalecente nas ciências exatas e naturais.

Assume-se, aqui, que o pensamento econômico, em que pese certa autonomia discursiva, certas exigências metodológico-conceituais, reflete o seu tempo e o seu lugar,

expressa-se, talvez inconscientemente, segundo estilos, metáforas, referências, interesses que transcendem o específico da análise econômica. Trata-se, assim, de entender o pensamento econômico, como, em alguma medida, refletindo o contexto nacional, as circunstâncias históricas que o ensejaram. De tal modo que é isto que explicaria a existência de estilos, de certos cacoetes definidores das diversas escolas nacionais de pensamento econômico.

Registre-se, também, preliminarmente, que as relações entre o conhecimento e a sociedade que o gerou não são lineares, unívocas, imediatas ou transparentes; que este é um campo marcado pela ambigüidade, pela contradição, pela presença de resultados não esperados de certas ações. Trata-se, no essencial, de reconhecer, e levar a sério, a complexidade, de afastar, por inconsistência, os juízos simplificadores, que querem ver na realidade histórico-social o que ela não pode ser – a realização de uma racionalidade ilimitada, que se manifesta pela ascensão do erro ao acerto, entendido como a vitória provisória de algum interesse particular. Está implícito no que se vai defender aqui que as eventuais maiorias, que se formam em torno de certos paradigmas conceituais, não são nem a prova de sua efetiva universidade, nem devem ser as senhas para a interdição do que foi considerado equívoco. Em sua guerrilha metodológica, Feyerabend mostrou, mais uma vez, que certos verdadeiros avanços do conhecimento só foram possíveis pela recuperação de idéias que tinham sido condenadas ao total esquecimento.

No essencial, vai se sustentar aqui que interrogar-se sobre a gênese e características dos *estilos nacionais de economia política* possibilita tanto compreender, afinal, a especificidade da reflexão sobre economia, quanto vislumbrar a complexa trama de determinantes presentes na relação entre o conhecimento e a sociedade que o gera.

2

Em uma conhecida passagem de *Para a crítica da economia política*, Marx esboça o central da história do pensamento econômico clássico identificando tanto a sua temporalidade, quanto seus principais autores e obras, quanto seu objeto unificador – a teoria do valor. Para Marx, a economia política clássica teria surgido ao final do século XVII simultaneamente na França e na Inglaterra. Realidade européia, sobretudo, a economia política clássica teve recepção no Novo Mundo, com Benjamin Franklin, que em 1729/31, oferecerá uma das mais lúcidas apresentações do essencial da teoria do valor trabalho, base conceitual da economia política clássica. Diz Marx:

“A primeira análise consciente, de uma clareza quase banal, do valor de troca, reduzido a tempo de trabalho, é a de um homem do Novo Mundo, onde as relações burguesas de produção, importadas simultaneamente com seus portadores, brotaram rapidamente em uma terra que compensava sua falta de tradição histórica pela abundância de húmus” (Marx, 1974: 162).

Desta frase emergem várias questões. Destaquem-se duas: a primeira diz respeito ao fato de que a interrogação de Marx remete a um campo de conhecimento, até então inexistente, a sociologia do conhecimento, que ele mesmo já havia enunciado em texto anterior – *A ideologia alemã*, de 1845/46; a segunda questão qualifica o objeto desta mesma disciplina, que está nascendo, ao indicar que as relações entre a sociedade e o conhecimento que ela gera são complexas, não admitindo a linearidade e o determinismo estreito. Na frase citada a referência ao húmus, que teria permitido aos Estados Unidos, Jovem Nação, alcançarem o mesmo nível de compreensão do fenômeno econômico, que Inglaterra e França, Marx está impondo um programa para aquela emergente sociologia do conhecimento, que

universalizou-se, reconhecido amplamente e sintetizado na fórmula de Robert Merton, sociólogo da ciência funcionalista – que vê o processo como marcado pela “interdependência dinâmica entre ciência e sociedade” (Merton, 1965: 525).

O programa estabelecido por Marx, e enfrentado em parte, por ele na passagem citada de *Para a crítica da economia política*, tem como essencial entender as razões profundas das diferenças entre França e Inglaterra no referente à economia política clássica, que elas criaram simultânea, convergente e diferentemente.

Ao lado desta questão um outro tema será considerado aqui para ajudar a compreender as relações entre sociedade e conhecimento. Trata-se do referente à *revolução marginalista*, ocorrida entre 1871 e 74, e a sua posterior consolidação como ortodoxia, nos anos 1880-1890, como criação simultânea de Inglaterra, Áustria e França, e as diferenças de *estilo* destas versões da gênese do neoclassicismo. Como contraponto a este conceito de afinidades será discutido a trajetória singularíssima do pensamento econômico alemão em sua recusa aos paradigmas da economia política clássica e da ortodoxia neoclássica.

3

Inicie-se pela análise das diferenças entre França e Inglaterra no referente à economia política clássica.

Inglaterra e França, como matrizes da economia política clássica, aparecem no texto de Marx, sobretudo, como realidades histórico-culturais. É por isto que ele pode agrupar entre os economistas ingleses Steuart e Adam Smith, que são escoceses, e Sismondi, suíço, como economista francês. Significativa, neste sentido, é a presença de economistas como John Law, como Cantillon, escocês um, irlandês o outro, que tendo realizado suas carreiras na França, são como que encarnações de uma complexa síntese, de hibridismo desconcertante pelo que combinam das duas matrizes histórico-culturais.

Para Marx a economia política clássica teria nascido com as obras do inglês Petty e do francês Boisguillebert e teria sua conclusão-realização com as obras do inglês Ricardo e do “francês” Sismondi. Cento e cinquenta anos de história – da consolidação da revolução burguesa na Inglaterra à Revolução Industrial, passando pela Revolução Francesa.

É ocioso insistir na óbvia correlação entre estes processos, menos óbvio, e aceito, talvez seja considerar a economia política clássica, juntamente com o romance mais acabadas do universo mental típico da hegemonia burguesa. É que os heróis do romance burguês, que se constitui no século XVIII, (com Defoe, Richardson, Fielding, representam em suas trajetórias marcadas pela busca da realização individual, quase sempre bloqueada pela “realidade do mundo”), são encarnações das motivações e mentalidades do “ethos” burguês: a busca do sucesso, da riqueza, da prosperidade a qualquer custo, mesmo que isto implique em transgressão moral, posto que a única coisa que se deve recusar, neste mundo, é o fracasso. De tal modo que o romance burguês moderno, com Robison Crusoe, criou o protótipo do *homo economicus*, esta criatura decisiva do pensamento econômico clássico e neoclássico (Watt, 1990).

Se a economia política clássica nasce na Inglaterra e na França, ao final do século XVII e início do XVIII, se tem em comum a afirmação da centralidade do valor trabalho, há diferença importante e cheia de conseqüências, entre França e Inglaterra, no referente aos desdobramentos da teoria do valor trabalho, diferença esta que é reveladora do essencial das trajetórias históricas dos dois países. Diz Marx:

“Um estudo comparativo sobre os trabalhos e o caráter de Petty e Boisguillebert, independentemente do que focalizaria a oposição real entre a Inglaterra e a França dos fins do século XVII e começos do século XVIII, conduziria à exposição da gênese do contraste nacional entre a economia política inglesa e a francesa. O mesmo contraste se repete no final com Ricardo e Sismondi.” (Marx, 1974: 160).

Onde o contraste, qual a razão da diferença, como ela se expressa? Marx não responde inteiramente à estas questões. Contudo ele indicou o essencial do problema. Para ele tratava-se de entender porque na França foi tão difícil, manteve-se isto ainda por muito tempo e mesmo tem incidência hoje, assumir todas as consequências da vitória do modo de produção capitalista, vis-à-vis, a ampla hegemonia política e cultural do individualismo e do liberalismo na Inglaterra.

Para Marx a grande diferença entre as concepções de economia política de franceses e ingleses, pôs-se desde o início, com Boisguillebert, até a sua conclusão, com Sismondi. No centro desta distinção está a denúncia que estes autores fizeram de aspectos centrais da dinâmica capitalista: o dinheiro e o grande capital industrial. Tanto Boisguillebert, quanto Sismondi são capazes de entender a centralidade da teoria do valor trabalho como princípio unificador da economia política, mas ambos não são capazes de extrair todas as consequências da plena vigência das leis de valorização do capital: “Sismondi não está mais fechado na concepção de Boisguillebert de que o trabalho que põe valor de troca seja falsificado pelo dinheiro, mas assim como Boisguillebert denuncia o dinheiro, denuncia ele o grande capital industrial” (Marx, 1974: 167).

A questão então é entender como esta recusa do pensamento econômico francês em referendar algumas das implicações necessárias da lógica capitalista – o domínio do dinheiro e do grande capital – não o impediu de avançar na compreensão de aspectos centrais do funcionamento deste mesmo capitalismo. Mais que uma contradição este traço do pensamento econômico francês explicita o peso importante das determinações histórico-nacionais do conhecimento. É que, ao contrário da Inglaterra, a França sempre esteve no outro ponto extremo, no relativo ao Absolutismo, às liberdades públicas e individuais. Se a França é, desde o início do século XVII, pelo menos, a exacerbação do poder absolutista, a Inglaterra vive, ainda mais precocemente, desde o início do século XIII, com a Carta Magna, a presença de limitações ao poder da monarquia, uma realidade que foi chamada de absolutismo mitigado. É esta tradição que marcará a trajetória político-institucional da Inglaterra até hoje – a longa experimentação de formas de garantia dos direitos individuais, uma permanente supremacia dos interesses dos homens de negócio sobre os privilégios aristocráticos. É esta a base tanto da mais arejada concepção de mercantilismo, que vai prevalecer na Inglaterra, quanto do enraizamento das prerrogativas da sociedade civil inglesa contra o discricionário do poder monárquico. Destas tradições emergiram tanto o substrato das mentalidades, que possibilitaram o surgimento destas criações intelectuais tipicamente inglesas – o empirismo, o liberalismo e o utilitarismo – quanto a motivação política para as revoluções do século XVII, que consolidaram o poder burguês na Inglaterra. De tal modo que a economia política clássica é uma criação inglesa na mesma medida em que também é invenção inglesa uma certa concepção de mundo tomada como espaço da realização de interesses individuais, com base em escolhas hedonísticas e relações impessoais.

Muito outra é a ambiência histórica francesa. Lá prevaleceu, entre os séculos XVII e XIX, a mão pesada do estado absolutista em todo o seu poderio. Lá ao contrário da afirmação dos interesses individuais, que é típico da realidade inglesa, prevalecerão a regulamentação e a interferência estatais, a concentração absoluta do poder monárquico, a ausência de

instituições político-representativas capazes de vocalizar os interesses do “terceiro estado”. É este pano de fundo histórico, que condicionará o pensamento econômico francês, que mesmo em seus momentos de maior adesão ao escrutínio do mercado como único regulador legítimo e racional da vida econômica – como em Walras – não poderá evitar de se ocupar da reforma social.

Trata-se, se se permitir certa leitura psicologizante, de ver o pensamento econômico francês como incapaz daquela ausência de culpa que permitiu aos ingleses levar a compreensão da economia ao seu mais alto grau, exatamente porque disposto a explorar todas as suas conseqüências, até as mais eticamente problemáticas. É este desassombro, esta disposição em ir até ao fundo das implicações da lógica capitalista, que levou a que se dissesse ser a economia política uma ciência lúgubre, com algo de sinistro.

Aos franceses parece impossível ir tão longe de que resultará uma estranha convergência, que unirá Boisguillebert, Prondhon e mesmo Walras. Diz Marx:

“[Boisguillebert] cada vez que se defronta com o caráter específico da riqueza burguesa, como no dinheiro, acredita na intromissão de elementos usurpadores estranhos irritando-se com o trabalho burguês sob uma das suas formas, ao passo que o glorifica sob outra forma (...) O socialismo francês na sua forma proudhoniana padece do mesmo mal nacional hereditário” (Marx, 1974: 162).

4

Que se compare, por outro lado, as doutrinas econômicas de Adam Smith e Quesnay. Se ambas são tributárias do jusnaturalismo, a maneira como cada um destes autores encara a existência dos direitos naturais é bem diversa. Para Quesnay, à semelhança das leis que regulam o movimento dos corpos celestes, existem leis naturais que regem a vida em sociedade. Quer se trate das leis naturais físicas ou morais, “*tous les hommes et toutes les puissances humaines doivent être soumis à ces lois souveraines, instituées par l’Être Suprême; elles son immuables et irréfragables, et lesmeilleures lois possibles.*” (Quesnay, 1991a: 83). Entretanto, nada impede que a ordem social seja rompida pela adoção de leis positivas contrárias às leis naturais, o que explica a ênfase posta pelos fisiocratas na necessidade de instruir os homens nos princípios desta ordem natural. Sem o conhecimento das leis naturais, “*le gouvernements et la conduit des hommes ne peuvent être que ténèbres, égarements, confusion et désordres*”. Deste modo, ainda que a ordem natural se identifique com a liberdade de produzir e comerciar, Quesnay não hesita em condenar a divisão de poderes e afirmar o interesse geral contra os interesses particulares, pois a segurança e a prosperidade da nação passam a depender de uma autoridade soberana “*superieure à tous les individus de la société et à toutes les entreprises injustes des intérêts particuliers* (...) [e que] *toujours éclaire par l’évidence, institue les meilleures lois et les fasse observer exactement pour la sûreté de tous*” (Quesnay, 1991b: 237-8).

Para Smith, ao contrário, a prosperidade econômica pode ser retardada, mas não detida, pela existências de leis positivas que violem a ordem natural. O progresso é assegurado pela existência de um princípio inscrito na natureza humana do qual dependem tanto a opulência pública e nacional, como a privada. Trata-se “do esforço uniforme, constante e ininterrupto de todos os homens para melhorarem a sua situação (...) que é muitas vezes suficientemente poderoso para manter o progresso natural das coisas no sentido de sua melhoria, a despeito de tanta extravagância do governo como dos erros da administração” (Smith, 1999, vol. I : 600). Assim, mesmo reconhecendo que a legislação possa retardar o

curso do desenvolvimento econômico, Smith critica Quesnay por acreditar que a o desenvolvimento do corpo político só possa ocorrer sob o “regime da liberdade total e da justiça total”. Ao contrário do fisiocrata, ele vê naquela aspiração que move os indivíduos a melhorarem sua situação um princípio que, estando presente em qualquer tempo e lugar, é

“capaz de evitar e de corrigir, em muitos aspectos, os efeitos nefastos de uma economia política, até certo ponto parcial e opressiva. Esta economia política, embora venha indubitavelmente retardar mais ou menos o progresso natural de uma nação para a riqueza e prosperidade, nem sempre é capaz de o entrar e muito menos de o fazer recuar” (Smith, 1999, vol. II, 265).

A explicação para esta diferença só pode residir, mais uma vez, na diversidade das situações encontradas pelos dois pensadores (Rubin, 1979: 167-8). A França do século XVIII era uma sociedade essencialmente rural, com um mercado interno restrito e fragmentado. O desenvolvimento capitalista estava longe de ser uma realidade: era sobretudo um projeto político cuja implementação só poderia ser levada a cabo por uma revolução social. Se a fisiocracia precisa depositar suas esperanças na ação esclarecida do *Estado* para assegurar a modernização da economia, Smith pode confiar no impulso aquisitivo dos *indivíduos* para promover o crescimento da riqueza nacional. A despeito das restrições mercantilistas e do poder político da oligarquia que ainda imperavam na Inglaterra do século XVIII, o país tinha uma população urbana crescente, um mercado interno integrado e competitivo, e a base da economia – a agricultura – funcionando segundo princípios capitalistas. O franco desenvolvimento do capitalismo agrário e o amadurecimento do processo que levaria à constituição do capitalismo industrial na Inglaterra davam a Smith motivos suficientes para confiar na capacidade das forças econômicas de superar obstáculos políticos e legais.

Importa ressaltar o contraste entre as expressões ideológicas da burguesia na França e na Inglaterra. A primeira levantará a bandeira da universalidade dos direitos - a cidadania e a igualdade civil - contra os particularismos, os privilégios aristocráticos. No entanto, a atitude da burguesia francesa diante do Estado absolutista será muito mais ambígua: que se pense na adesão dos fisiocratas ao “despotismo legal”. Mesmo no período pós-revolucionário, o aprofundamento de um programa centralizador e a preocupação com o planejamento racional e com a padronização são prolongamentos de tendências presentes desde Colbert: “afinal, até a padronização da língua francesa faz parte do projeto centralizador do Estado absolutista, um projeto de racionalização que teve sua expressão cultural clássica nos jardins formais de Versalhes” (Wood, 2001: 117). Por outro lado, na Inglaterra,

“[prevaleceu] não o racionalismo cartesiano e o planejamento racional, mas a ‘mão invisível’ da economia política clássica e a filosofia do empirismo britânico. Não os jardins formais de Versalhes, mas os jardins de paisagismo ‘natural’, aparentemente não planejado.(...) Certamente houve, na Inglaterra, um interesse pela ciência e tecnologia, compartilhado com seus vizinhos europeus.(...) Mas a ideologia característica que distinguiu a Inglaterra das outras culturas européias foi, acima de tudo, a ideologia do ‘melhoramento’: não a idéia iluminista do aperfeiçoamento da humanidade, mas o melhoramento da propriedade, a ética – e, a rigor, a ciência – do lucro...” (Wood, 2001: 119).

Esta visão de mundo individualista, que domina a trajetória da economia política inglesa, vai atingir um ponto culminante com o utilitarismo de Bentham. Enquanto Smith afirmava a existência de uma harmonia entre a busca do interesse individual e a realização do

interesse geral, ao mesmo tempo em que mantinha uma clara distinção entre estes dois termos, Bentham subordina - ou ainda, dissolve - a sociedade aos interesses pessoais.¹ Seu princípio de utilidade consiste em aprovar ou reprovar uma ação “segundo a tendência a que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo (...) A comunidade constitui um *corpo* fictício, composto de pessoas individuais que se consideram como constituindo os seus *membros*. Qual é, neste caso, o interesse da comunidade? A soma dos interesses dos diversos membros que integram a referida comunidade.” (Bentham, 1979: 4). Tal será o único sentido admissível para o termo “interesse da comunidade”: o único que conta são os interesses individuais e, na medida em que a sociedade não tem qualquer realidade para além dos indivíduos que a compõem, o bem-estar da comunidade consiste apenas no somatório das utilidades individuais. Como cada pessoa sabe o que é útil para si, a melhor maneira de promover o bem-estar social é assegurar o máximo de liberdade para os indivíduos.²

5

Falou-se aqui de diferenças entre França e Inglaterra, no referente à economia política, que trairiam diferenças mais fundas, histórico-culturais. Se isto é detectável no campo do pensamento econômico, também o é no plano do pensamento filosófico. Comparem-se Locke e Rousseau. São ambos filósofos e economistas, Locke é mais conhecido neste último campo, mas Rousseau também escreveu sobre economia. É dele o verbete sobre *economia política* da *Enciclopédia*. E aí, exemplarmente, manifesta-se o que já foi dito aqui sobre o pensamento econômico francês. E o que é a economia política para Rousseau? É uma anti-economia política inglesa, é a reiteração dos fundamentos éticos da economia aristotélica. Diz Rousseau:

“Segunda regra essencial da economia pública, não menos importante do que a primeira: se quereis que a vontade geral seja cumprida, fazei com que todas as vontades particulares a ela se conformem. E, como a virtude não passa da conformidade da vontade particular à geral, para dizer, numa palavra, a mesma coisa: fazei reinar a vontade” (Rousseau, 1958: 294).

E ainda mais decisivamente: “constitui, pois, uma das atividades mais importantes do governo, prevenir a extrema desigualdade das fortunas, não arrebatando os tesouros a seus possuidores, mas tirando a todos os meios de acumulá-los; não construindo hospitais para os pobres, mas garantindo o futuro dos cidadãos” (1958: 299). Trata-se, na obra de Rousseau em geral, da “necessidade de restabelecer a saúde da humanidade, através de um retorno aos princípios naturais” (Wood, 2001: 118).

¹ Esta diferença se expressa, por exemplo, no famoso debate sobre a usura. Bentham argumenta contra as limitações aos juros defendidas por Smith, radicalizando o argumento liberal. Por outro lado, Smith atribui um papel central à virtude da prudência, o que termina por impor limites à conduta dos indivíduos: a busca do interesse individual deve estar submetida a um autocontrole sempre que ameaçar o interesse da sociedade (Pesciarelli, 1989).

² “Bentham é um fenômeno puramente inglês. (...) Nem o princípio de utilidade foi invenção de Bentham. Reproduziu sem espírito o que Helvetius e outros franceses do século XVIII tinham dito com agudeza intelectual. (...) Bentham não faz cerimônia. Com a mais ingênua simplicidade supõe que o burguês moderno, especialmente o burguês da Inglaterra, é o ser humano normal. O que é útil a essa normalidade humana e a seu mundo, é útil de maneira absoluta. Por esse padrão julga o passado, o presente e o futuro. (...) Com idéias desse jaez ... escreveu montanhas de livros. Se eu tivesse a coragem de meu amigo H. Heine, chamaria o Jeremias de gênio da estupidez burguesa.” (Marx, 1982: 708).

Quão longe se está aí do liberalismo bem comportado de Locke, ou da exaltação egoística de Mandeville? Contudo, sabe-se, que os dois países fizeram revoluções burguesas, os dois impuseram instituições, que garantirão a acumulação de capital, ambos os países decapitaram seus reis para simbolizar os novos tempos que estavam construindo. Mas, nestes gestos de ruptura, a decapitação dos reis, há diferenças decisivas; os ingleses decapitaram o seu rei porque ele queria cobrar impostos, porque ele queria contrariar séculos de tradição de limitação do poder monárquico; os franceses decapitaram o seu rei porque ele traiu o povo, a nação, por que ele se uniu a estrangeiros contra a França. São gestos simbólicos que carregam motivações distintas em suas similitudes, reveladoras das diferenças históricas que se apontou.

Se os direitos fundamentais, inalienáveis, do ser humano para Locke são o direito à vida, o direito à liberdade, e o direito à propriedade, para Rousseau não há lugar, entre estes direitos, para a propriedade. Para Rousseau a propriedade é a origem da desigualdade entre os homens, raiz de todos os males sociais. Será esta a grande diferença entre o ideário liberal, individualista, privatista da tradição inglesa e a tradição democrática que, derivada de Rousseau, vai ser traduzida na tríade de direitos sumarizada por Jefferson na Declaração de Independência dos Estados Unidos: direito à vida, direito à liberdade, direito à busca da felicidade...

6

Discuta-se agora um outro momento importante da história do pensamento econômico – a *revolução marginalista*. Chama-se de revolução marginalista à eclosão simultânea, entre 1871 e 1874, das obras de três autores – Jevons, Menger e Walras, respectivamente oriundos da Inglaterra, Áustria e França – que, entre outras diferenças expressivas com relação à tradição da economia política clássica, vão impor como princípio unificador da teoria econômica o valor utilidade – a utilidade marginal como categoria, que desdobrada, permitiria a constituição das teorias do consumidor, da produção e dos mercados.

Entre os países que participarão desta “revolução” estão, nuclearmente, a Inglaterra, a França e a Áustria. Do desdobramento e consolidação da “revolução”, sob a forma da ortodoxia neoclássica, também tomarão parte, e com destaque, os Estados Unidos e a Suécia.

De saída registre-se o lugar decisivo da Inglaterra também neste outro nascimento da teoria econômica – na criação da *economics* em substituição da *political economy* – com as obras seminais de Jevons e Marshall. Se a isto agregar-se o papel também decisivo de Walras tem-se a reposição das duas matrizes, que também marcaram o surgimento da economia política clássica.

Talvez cause estranheza, para quem só conhecer o livro de 1874, que Walras, seja visto aqui como representante da velha tradição do pensamento econômico francês. Isto é patente se se lembrar de sua preocupação com os aspectos e consequências sociais das relações econômicas. É isto que levará Walras a elaborar uma obra que é, ao lado de suas pretensões a ser um símile das construções da física, uma tentativa de resposta, do ponto de vista liberal-burguês, ao desafio socialista de então. Veja-se o que dizem Screpanti e Zamagni:

“Walras put forward numerous articulate recommendations for economic policy. His favorite subjects were the nationalization of natural monopolies, the stabilization of prices by monetary authorities, the capital market, whose efficiency and reliability should be ensured by the State, and the acquisition of

land by the State and its concession in use to private agents in order to increase government revenues. It is worth noting the curious fact that Walras considered himself a 'scientific socialist'." (Screpanti & Zamagni, 1993: 170).

A obra de Walras reproduz assim, de forma enfaticamente exemplar, o que Marx já havia surpreendido antes como característica marcante do pensamento econômico francês – sua incapacidade de aceitar, sem mais, as consequências da acumulação de capital. Walras, o que quis dar à economia a mesma metodologia e procedimentos analíticos da mecânica clássica, foi também o adversário de Proudhon, o reformador social, defensor do imposto único, herança fisiocrática, que deveria recair sobre os proprietários de terra; o defensor da nacionalização da terra; o incentivador da criação dos Bancos populares...

Mais intrigante, contudo, é perguntar-se sobre a trajetória, singularíssima, do pensamento econômico alemão, que rejeitará tanto o paradigma clássico, quanto o neoclássico. País de forte tradição filosófica, de excelência em muitos campos do pensamento, a Alemanha trilhará caminho único no referente ao pensamento econômico, baseado na rejeição dos paradigmas dominantes. Tal atitude não impediu que, mesmo recusando o pensamento hegemônico, a Alemanha se colocasse em posição de destaque no contexto mundial como potência de primeira linha.

Lembre-se, que esta dissonante história do pensamento econômico alemão, é paralela à uma formidável aceleração do desenvolvimento econômico, o que permitiu que um país fortemente feudalizado, até meados dos século XIX, se tornasse a maior potência européia já no início do século XX.

Este fato é uma prova expressiva de duas questões importantes: 1) que o desenvolvimento econômico de um país não tem correlação direta com o grau de aderência deste país ao pensamento econômico dominante; 2) que o pensamento econômico de um país é sempre marcado por sua história político-cultural.

Trata-se no essencial de buscar entender: 1) porque o individualismo, o liberalismo, o utilitarismo, são, e só poderiam ser, criações inglesas; 2) do mesmo que entender porque estes paradigmas não terão qualquer repercussão maior na Alemanha; 3) porque estes mesmos paradigmas terão que ser mitigados para serem aceitos na França; 4) e porque eles serão exacerbados na tradição austríaca.

Se alguém sentir a ausência de referência aos Estados Unidos lembre-se que a única grande matriz filosófica surgida nos Estados é o *pragmatismo*, e que este caracteriza-se, sobretudo, pela capacidade de absorver o que vem de fora num metabolismo fantasticamente eficiente, cujo resultado é “estadunizar” tudo o que eles tocam. (James, 1974)

É isto que explica porque eles, não tendo criado nada de fato novo em economia, sejam hoje os grandes senhores do pensamento econômico dominante.

7

Vários autores buscaram entender a singularíssima trajetória do pensamento econômico alemão, sua recusa em aceitar qualquer teoria abstrata do valor, em que pese a contribuição pioneira, e sem maior repercussão na Alemanha, de Gossen, em 1854, quando criou a teoria da utilidade marginal.

Tal postura não deve ser vista como extravagância ou idiossincrasia, porque, de fato, é expressão de uma estratégia de superação do atraso alemão mediante a afirmação da identidade da cultura alemã. É o que se vê quando o pensamento alemão do século XVIII

buscou colocar-se no mesmo plano de grande cultura européia de então, dominada pelos herdeiros da cultura latina, pela invocação da matriz da própria cultura latina, que é a cultura helênica. Deste modo, resgatando a cultura helênica, matriz da cultura latina, os alemães não só se colocaram numa posição de destaque no debate cultural de então como mesmo superaram a hegemonia francesa. Foi esta a atitude de Goethe, de Schiller e antes deles de Winckelmann, de Lessing que, no mesmo diapasão de Herder e Fichte, vão constituir um universo de referências, que fundadas na grande cultura clássica grega, alimentam a constituição da afirmação da cultura alemã sem qualquer complexo de inferioridade em relação à cultura de origem latina (Rocha, 1999).

Trata-se de uma estratégia surpreendente em seu movimento que, realizando um recuo, capacita-se a avançar, a atualizar-se, a colocar-se como sujeito de plena envergadura no debate intelectual.

É este o papel do romantismo alemão, mesmo em seus destemperos anti-iluministas; foi esta coragem em desafiar o estabelecido, que permitiu à cultura alemã, sua definitiva emancipação e as fortes marcas que deixará na cultura contemporânea em diversos campos e sentidos: é alemã a primeira Universidade, efetivamente, moderna que combina ensino e pesquisa, a universidade de Berlim, criada em 1810, por Wilhelm Humboldt, que também será o criador da moderna lingüística; e são vários os campos em que vai se expressar a excelência do pensamento alemão – na geografia e na história, na filosofia e na física, na química, e na matemática, nas ciências do espírito e nas ciências naturais ...

Vários autores destacaram a pequena participação dos economistas alemães na construção das grandes tendências do pensamento econômico – tanto no relativo à economia clássica, quanto no referente ao pensamento neoclássico. Esta atitude, coletiva e consistentemente praticada por muito tempo, não deve ser entendida como particular incapacidade intelectual de assimilar princípios teóricos.

O que é decisivo entender aqui é que a Alemanha não participou da constituição e desenvolvimento da teoria econômica dominante por omissão ou incapacidade, mas, decisivamente, por uma opção. Trata-se de uma recusa, de uma rejeição cujas razões revelam muito do desenvolvimento histórico alemão no século XIX.

Lembre-se, desde logo, que os alemães vão desenvolver aspectos particulares do pensamento econômico: é decisiva a contribuição alemã à economia regional com as obras seminais de von Thünen, Alfred Weber, Lösch, Christaller; é também marcante o uso que Friedrich List fez do conceito de proteção à indústria nascente, de John Stuart Mill, para criar o que se pode ser visto como o embrião de uma teoria econômica do desenvolvimento.

Estas características do pensamento econômico alemão são, como pode constatar quem se lembre da tradição cameralística de seu mercantilismo, atualizações de uma determinada maneira de ver a vida econômica marcada pelo particularismo da fragmentação político-administrativa, pela presença de regulamentações corporativas etc..

O grande sociólogo funcionalista Talcott Parsons surpreendeu o essencial do processo assim:

“El hecho de que una economía industrial se desarrolle en Alemania, en una sociedad ya sumamente estructurada en torno del Estado prusiano y en el contexto de las penetrantes pautas de configuración del conservadurismo prusiano, coloreó sin duda el desarrollo total en muchos aspectos diferentes. En primer lugar, el ‘individualismo económico’ no predominó nunca tanto como en

los países anglosajones. La mayor participación del gobierno en los asuntos de la economía se tenía por natural y no era resistida, ya se trataba de una cuestión de propiedad y manejo de los ferrocarriles por el gobierno o del hecho de que fuera Alemania la que introdujo por primera vez un sistema de seguro social de amplio alcance. Es sin duda significativo que la ‘economía clásica’ nunca arraigara realmente en las universidades alemanes; puesto que no habiendo sido nunca tan sólo una disciplina teórica sino además una ideología, expresaba un ideal de independencia de la ‘empresa’ respecto del Estado y otros intereses ‘sociales’, todo lo cual resultaba afín con la mentalidad alemana” (Parsons, 1967: 97).

A recusa alemã em aceitar a economia clássica ou neoclássica, é, na verdade, uma estratégia de afirmação de um outro paradigma, que opondo-se à impessoalidade, à abstração, ao individualismo típicos daquelas teorias, buscará mostrar a organicidade das relações entre o homem e a natureza, denunciando a inautenticidade do mundo da racionalidade instrumental, mediante a escolha da *cultura* em contraposição à *civilização*, da *comunidade* em relação à *sociedade*, da *nação*, do *local*, do *regional*, em relação à abstração das relações impessoais. É este o sentido daquela rica trama filosófico-cultural de que fazem parte os românticos alemães Novalis, Herder, Goethe e seus herdeiros – Schopenhauer, Nietzsche, Tönnies, Spengler ...

No referente ao pensamento econômico a Alemanha vai se notabilizar pela criação de uma corrente – a Escola Histórica Alemã – que tem como característica a denúncia de toda a tentativa de se constituir uma teoria econômica como base em teoria abstrata do valor. Esta denúncia apoiava-se na idéia de que qualquer tentativa de ver regularidades, estabilidade nas relações econômicas é tão somente ilusão e charlatanismo, já que o mais permanente da vida econômica é a flutuação, a mudança, a ausência de qualquer ordem. Daí que absurda a tese da existência de uma referência-valor a qual determinaria os preços. Para a Escola Histórica não é possível fazer-se teoria econômica porque isto implicaria em previsão e esta é impossível em economia. Assim, a reflexão legítima em economia, a única efetivamente racional, seria a *histórica*, do que decorreria que Escola Histórica abriu mão de constituir uma teoria econômica, para, afinal inventar a história econômica (Iglésias, 1959).

O que importa frisar, seguindo as observações de um especialista (Tribe, 1988), é a presença - tanto na obra dos autores ligados à Escola Histórica, quanto na de representantes de outras vertentes do pensamento econômico germânico - de uma forte associação entre a vida econômica e a vida da Nação, vínculo que se expressa com toda clareza no termo alemão cunhado para designar a economia política: *Nationalökonomie*. As relações de mútua dependência entre a economia e o Estado emergem com clareza nos trabalhos dos autores alemães do final do século XIX e começo do XX, os mesmos que forjaram, bem antes da revolução keynesiana, a base conceitual do planejamento econômico no “capitalismo organizado”, bem como no socialismo:

“The basic problem from this perspective was not the allocation of scarce resources; it was the wider question of the conditions under which the economic order and general welfare were secured. Economics, therefore, was not expected to provide a rationalistic account of optimization in the best of all possible worlds, but to address the question of the possibilities of economic life under various social and political régimes.” (Tribe, 1988: 6).

Um contraponto interessante e significativo é comparação entre o pensamento econômico alemão e o austríaco, tão grande é a diferença. Se é de recusa e denúncia a atitude alemã em relação aos paradigmas clássico-neoclássico em economia, será de contribuição de

primeira ordem a atitude austríaca. Menger, Weber, Böhm-Bawerk, von Mises, Hayek estão entre os maiores nomes do pensamento neoclássico.

8

Um capítulo exemplar do que se está dizendo aqui é o referente ao chamado “debate sobre o método”, que nos anos 1880, confrontou Menger e Schmoller, o líder da Escola Histórica então.

O centro do debate era o referente à possibilidade de se constituir uma ciência econômica baseada em leis gerais abstratas. Para Schmoller, tanto clássicos, quanto neoclássicos padeciam da mesma fragilidade que era o *abstracionismo* de suas proposições. Contra isto, ele mobilizou a tese de que a economia só é compreensível quando tomada como conjunto de realidades singulares, histórica e espacialmente determinadas, que estão, o tempo todo, em movimento, o que impediria qualquer generalização. Nas palavras de Screpanti e Zamagni, “*Schmoller tried to show how political economy had to be liberated from ‘false abstractions’ and anchored to solid empirical foundations*” (1993: 171).

De qualquer modo, este aparentemente regressista ponto de vista alemão não os impediu de se tornarem a grande potência continental européia já no início do século XX. De outro lado, a formidável contribuição austríaca ao pensamento econômico neoclássico não impediu que a Áustria definhasse como potência ao mesmo tempo de seu sucesso na constituição da ortodoxia neoclássica.

Nestas complexas e desajustadas trajetórias todo um decisivo para a compreensão do sentido profundo do pensamento econômico e suas relações com a sociedade. É que o pensamento econômico bem sucedido, reconhecido e majoritário, não é garantia de hegemonia econômica. É que o pensamento, como bem lembrou Parsons, não pode deixar de ser visto como *ideologia*, que ele o é, sobretudo. É que as motivações para o desenvolvimento de certas tendências no campo do pensamento econômico, são amplas, difusas, autônomas e heterônomas, mas, sobretudo, respondem a desafios históricos, a características histórico-culturais.

É isto que, talvez, explique a tensão entre alemães e austríacos no referente ao pensamento econômico. É que eles, austríacos e alemães, não podiam esquecer da derrota austríaca para a Prússia, em 1866. É que a defesa austríaca do princípio do valor utilidade, da subjetividade como centro da vida econômica, é, sobretudo, a denúncia do Estado, da intervenção estatal na vida econômica, sendo assim, um capítulo da luta contra a Alemanha, que ousou se tornar potência hegemônica com base num pensamento que para o sofisticado pensamento neoclássico austríaco tem algo de uma provocação brutal.

9

Viena, cidade de Freud e berço da Psicanálise, é também, berço da versão mais subjetivista da revolução marginalista”. Se é lá que nasce a Psicanálise é também em Viena que vai se desenvolver tanto a psicologia de caráter social de Alfred Adler, ex-discípulo de Freud, quanto uma literatura fortemente marcada pela introspecção, como se vê em Hermann Broch – sobretudo com *A Morte de Virgílio* – Robert Musil, Arthur Schinitzler, de tal modo que não será exagero pensar-se em determinantes mais gerais, histórico-materiais, imprimindo certa tendência ao apego à subjetividade daquela cultura. É possível mesmo ir além na identificação destes traços da psicologia social austríaca, lembrando uma outra característica de sua vida intelectual que é força com que lá se desenvolveu o neopositivismo, base da

filosofia analítica, base, na verdade, do abandono de toda a reflexão sobre o *ser*, sobre a realidade mesma, para concentrar-se, como único esforço legítimo do pensamento, na reflexão sobre a linguagem, sobre correção dos enunciados, sobre a lógica do discurso.

Transformada em gramática última, esta filosofia austríaca expressa talvez duas questões fundamentais do mundo contemporâneo: *i)* a inapetência do pensamento contemporâneo pelo ser, fenômeno tematizado por Heidegger e que teria uma outra versão, marxista, com Luckács e sua denúncia da crise representada pelo abandono da ontologia; *ii)* esta vocação especificamente austríaca pelo subjetivismo, pela introspecção, pelo abstracionismo, pela linguagem e pela análise como reflexos, em algum sentido, da própria história austríaca, a longa (desde 1648) e melancólica trajetória de impotência do outrora poderoso império “onde o sol nunca se punha”.

Principal derrotada na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), potência estrangida pela ascensão da Holanda, da Inglaterra e mesmo da Suécia, da afirmação francesa no séculos XVII e XVIII, a Áustria, mesmo com as manobras de Metternich, em 1815, não voltará ao glorioso de seu passado imperial cada vez mais assemelhado à uma paisagem– Pontenkim.³

Esta impotência diante de um mundo que tendeu a fugir-lhe ao controle teria produzido, no que se está defendendo aqui, uma ação reativa que foi uma radicalização do ensimesmamento, a busca dos fundamentos da *psique* humana, a busca dos fundamentos da linguagem, a busca dos fundamentos da ação humana, entendida como escolha, como escolha entre objetos dados. Foi assim que Bukharin, aluno de Böhm-Bawerk, surpreendeu o essencial da teoria marginalista em sua versão austríaca. Em lugar da produção, o consumo; em lugar do investimento, a escolha; em lugar da lógica da acumulação, a lógica da fruição. Trata-se de buscar maximizar a satisfação do consumidor dada uma certa pauta de bens: a hegemonia da lógica do rentista.

Inaugurada por Menger, em 1871, esta tradição teórica desdobrar-se-á, mantendo, no essencial a mesma radical adesão ao subjetivismo e ao liberalismo de Menger a von Mises, de Böhm-Bawerk a Hayek. Discutindo o “fracasso” do liberalismo vienense, Janik e Toulmin comentam que

“no fue estéril el liberalismo vienés. Sus teóricos aún ocupan puestos elevados en la historia de las ciencias económicas; por ejemplo, la teoría de las utilidades marginales de Menger – tan característicamente vienesa en el acento que puso sobre los factores psicológicos y subjetivos que fundamentan el valor – es aún principio central para muchos economistas modernos.” (1973: 64).⁴

³ Mezan (1985, p. 54) conclui uma apresentação de Viena, localizando a psicanálise: “Nesta arte de evitar as arestas da realidade e de recuperar as contradições como fatores de uma diversidade aparentemente harmoniosa, Viena foi mestra consumada. A gentileza, a despreocupação, a alegria jovial, recobrem facetas conflituosas da existência social; segundo a óptica adotada, elas podem aparecer como o máximo do refinamento da civilização ou como máscara de um rosto coberto de cicatrizes. A psicanálise optou decididamente pela segunda destas vias...”.

⁴ É interessante ressaltar que essa passagem sobre o “fracasso do liberalismo” consta de uma discussão os autores fazem sobre o socialismo de Adler (Viktor), que “... *al tiempo que ... transcendía las limitaciones del liberalismo mediante la ampliación de sus objetivos, estaba en continuidad com los ideales de razón y progreso que los liberales habían suscito*” (Janik e Toulmin, 1973: 64). Isso aponta para uma discussão sobre outra especificidade austríaca: o seu marxismo (é importante lembrar o papel do “austro-marxismo” nos debates do início do século). Tema interessante, mas que vai além do escopo deste trabalho.

Dessa citação duas coisas podem ser desdobradas. Em primeiro lugar, discutir o acento *tão caracteristicamente vienense nos fatores psicológicos e subjetivos*. Em segundo lugar, avaliar até onde o “fracasso” do liberalismo vienense desobriga os pensadores liberais de preocupações “pragmáticas” ou “concretas”, permitindo uma dedicação maior à questões abstratas (ênfase na “teoria pura”) e a debates teóricos (uma importante característica comum entre os representantes da escola austríaca: Menger X Schmoller; Böhm-Bawerk X Hilferding; Mises X Lange; Hayek X Keynes. Ver os verbetes da Parte IV-A - “debates clássicos” – em Boettke, 1994: 459-485).⁵ Ao longo desses debates, os austríacos foram refinando argumentos e aprimorando a elaboração. Isso é evidente na controvérsia sobre as possibilidades do “cálculo socialista”.

Isolada, espremida entre uma Alemanha que se unificará e se expandirá imperialisticamente e os velhos adversários na geopolítica européia - França e Inglaterra - a Áustria buscou afirmar sua identidade e grandeza pela originalidade aristocrática de sua corte, que continuou a seguir a pompa da Espanha Habsburgo; pelo refinamento de sua arquitetura que se recusou a abandonar o barroco-rococó; pela sofisticação intensa e irônica de sua literatura, de que é exemplar a iconoclastia de Karl Krauss. É este mundo de melancolia e refinamento, de desespero e orgulho aristocrático que se vê no ornamentalismo de Klimt, no paroxismo de Münch, no extremado do romantismo de Mahler, na revolução formal de Schönberg.

Civilização crepuscular, outonal, diria Huizinga, a Áustria, *fin-de-siècle*, de outro *siècle*, foi também capaz de abrir-se para o novo. Isto é particularmente importante, visível no campo do pensamento econômico. Se são genuinamente austríacos Menger e Hayek, o são também Schumpeter e Hilferding. É que a Áustria pode ousar, sua posição periférica no contexto do grande capital permitiu-lhe certa liberdade de pensamento, certo distanciamento do consagrado nas grandes potências.

É o que se vê em Menger. A análise de sua obra principal, de 1871, permite identificar diversos desdobramentos. O livro de Menger (1983) está organizado em oito capítulos. Sua leitura permite captar uma linha de desenvolvimento que pode levar a caminhos distantes do atual *mainstream* da teoria econômica. A descendência de teóricos tão distintos como Schumpeter e Hayek torna-se compreensível pela leitura de Menger.⁶

A elaboração inicia-se pela “doutrina geral dos bens” (capítulo primeiro). Nesse capítulo, Menger diferencia os bens de primeira ordem (“bens necessário para o atendimento direto e imediato das [nossas necessidades]”, dos bens de “ordem superior” (segunda, terceira etc ordens...), que têm “nexo causal apenas indireto para a satisfação de tais necessidades” (1983: 246).

⁵ Por outro lado, foi comum entre os austríacos a participação em organismos governamentais. Menger foi funcionário público administrativo no Departamento de Imprensa do Conselho de Ministros, Mises foi diretor de um escritório governamental para acerto de dívidas do período pré-guerra e Hayek foi empregado deste escritório, onde, segundo Leube, “[T]his was the beginning of a most fruitful intellectual relationship”. Posteriormente, Mises e Hayek montaram um instituto para pesquisar ciclos econômicos. O que demonstra o peso do Estado, *K.K, real e imperial* como na crítica que Musil faz à Áustria em *O homem sem qualidades*.

⁶ Hayek (1984a: 203) sugere que se Menger tivesse continuado sua elaboração, “...it would have become even more apparent than in his introductory part (which is the *Grundsätze*) that what he was aiming at was rather to provide tools for what we now call process analysis than for a theory of static equilibrium”. Hayek explicita diferenças entre austríacos e a visão legada por Walras.

Essa concepção de bens (de diferentes ordens) possibilita à elaboração de Menger a introdução de elementos dinâmicos.

Em primeiro lugar o tempo e a incerteza. “O processo por meio do qual os bens de ordem superior são transformados em bens de ordem inferior ... obedece ele também às leis da causalidade” E, “o conceito de causalidade é inseparável do conceito de tempo” (1983: 253). O fator tempo não é eliminado na transformação dos bens de ordem superior em bens de ordem inferior. Daí, há o espaço para a incerteza: “portanto, os bens de ordem superior adquirem e fazem valer a sua qualidade de bem não em relação a necessidades imediatamente presentes, mas apenas em relação a necessidades que, de acordo com a previsão humana, só existirão concretamente no momento em que se encerrar o processo de produção de que vimos falando” (p. 254). Certeza quanto à quantidade e qualidade dos bens só pode ter quem dispõe “direta e imediatamente” de bens de ordem inferior. Quanto aos bens de ordem superior, “determinada margem de incerteza e insegurança quanto à quantidade e à qualidade do produto final ... é comum a todos os setores da produção” (p. 255). E, acrescenta, “quanto mais numerosos forem os elementos que intervêm no processo causal da produção dos bens – elementos esses que desconhecemos, ou se os conhecemos, escapam ao nosso controle – tanto maior será a nossa incerteza quanto à qualidade e à quantidade do produto final do processo causal inteiro, isto é, dos bens correspondentes de ordem inferior” (p. 256). E conclui: “essa incerteza representa um dos elementos essenciais da incerteza econômica dos homens” (p. 256).

Em segundo lugar, as causas do aumento do bem-estar humano. Menger comenta Adam Smith e a divisão do trabalho, mas observa que o “exímio pesquisador” ... “mostrou apenas uma das causas do aumento do bem-estar humano, escapando-lhe à atenção as outras causas, não menos importantes” (p. 256). No essencial, trata-se “do efeito multiplicador que a utilização de bens de ordem superior tem sobre os bens de consumo (bens de primeira ordem) para o atendimento das necessidades humanas” (p. 257). E para o desenvolvimento desses bens de ordem superior, o limite é o conhecimento disponível. Segundo Menger,

“[O]s bens de consumo, que antes eram simplesmente o resultado de uma coincidência casual das condições de seu surgimento, passam a ser, no momento em que os homens assumiram o controle do processo, um produto da vontade humana (dentro dos limites impostos pela Natureza), e as quantidades de bens disponíveis só encontrarão um limite: a compreensão do nexos causal entre as coisas e fatores, mais o domínio e controle desse processo por parte dos homens. O conhecimento progressivo do nexos causal das coisas com o bem-estar humano e o domínio progressivo das condições mais remotas dos mesmos conseguiram, portanto, levar a humanidade do estágio primitivo e de miséria extrema para o estágio atual de cultura e bem-estar...e ... também no futuro, é dessa forma que se dará o progresso econômico da humanidade” (1983: 257).

No capítulo II, (“a economia e os bens econômicos”), a “demanda humana” é discutida (“um complexo sistema de previsão para o atendimento das necessidades humanas”), envolvendo a demanda por bens de primeira ordem (bens de consumo) e por bens de ordem superior (meios de produção). Na medida em que “os homens avançam na evolução cultural”, “existe um alto grau de divisão de trabalho”, e “...pessoas isoladas produzem individualmente grandes quantidades de bens de ordem superior, fiando-se na suposição (via de regra, correta) de que outras pessoas produzirão as correspondentes quantidades de bens complementares” (p. 264). Desencontros entre essas quantidades de bens complementares determinam o surgimento de “distúrbios na Economia – distúrbios que na linguagem do dia-a-

dia costumam chamar-se de anormalidades, mas que na realidade são perfeitamente normais, por decorrerem de uma lei inflexível da Economia” (p. 265). Nesse capítulo, Menger explica o interesse do *mundo dos negócios* “no conhecimento mais exato (possível) das quantidades de bens disponíveis em determinados setores comerciais” e os esforços “com grandes sacrifícios” para “obter um conhecimento completo e o mais exato possível de todos os estoques de bens existentes” (p. 268).

No capítulo III (“doutrina sobre o valor”), o caráter subjetivo do valor é afirmado claramente: “[O] valor dos bens está fundado na relação que têm com nossas necessidades, mas não nos próprios bens. Ao variar essa relação de interdependência, necessariamente surge ou desaparece o valor.” (p. 287). Mais adiante, Menger explicita que “...o valor não é algo inerente aos próprios bens, não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto só existe na consciência das pessoas em questão”. Esse raciocínio é concluído com a afirmação de que “o valor é por sua própria natureza algo totalmente subjetivo” (p. 287). Essa visão permite romper a relação entre trabalho e valor: “Não há nenhum nexos causal necessário e direto entre a medida do valor do bem em pauta e a quantidade maior ou menor (ou nula) de trabalho, ou de outros bens de ordem superior, que foi necessária para produzir o referido bem”

Essa posição central do subjetivo permite uma ênfase do papel do conhecimento, em um sentido muito específico: para Menger, “podemos observar oscilações de valor que encontram sua razão última simplesmente no fato de se *modificar o conhecimento* da importância de que os respectivos bens se revestem para nossa vida e nosso bem-estar” (grifos do autor, 1983: 306).⁷ Nesse capítulo a “atividade empresarial” (envolvendo informação, cálculo de viabilidade econômica, ato de vontade e supervisão) é discutida, articulando a especialização do trabalho e o aumento do porte das empresas e a ampliação do tempo da atividade empresarial. Menger comenta a concentração do papel do empresário em sociedades anônimas (a tarefas de canalização de sua riqueza, seleção de colaboradores e controle do empreendimento).⁸

Nos capítulos seguintes, são expostas as doutrinas sobre a troca (cap. IV), sobre o preço (cap. V), sobre o valor de uso e valor de troca (cap. VI), e a doutrina sobre a mercadoria (cap. VII) e sobre o dinheiro (cap. VIII).

⁷ Essa visão subjetiva, articulada com a desarticulação entre trabalho e valor, certamente está na origem de desenvolvimentos posteriores da escola austríaca. Hayek (1948: 50) chega a discutir o papel da “divisão de conhecimento” como um problema “...quite analogous to, and at least as important as, the problem of division of labor. But, while the latter has been one of the main subjects of investigation ever since the beginning of our science, the former has been as completely neglected, although it seems to me the really central problem of economics as a social science”.

⁸ A discussão de Menger é feita para avaliar como “no valor previsível do respectivo produto final....” devem estar incluídos “...não somente os bens de ordem superior e necessários para a produção técnica, mas também as utilizações de capital e a atividade empresarial ... tão indispensáveis para a produção econômica de bens quanto os requisitos técnicos acima” (1983: 313). Essa passagem deixa espaço para um eventual desenvolvimento da teoria da firma. Hayek (1984a: 201) comenta como os seguidores de Menger desenvolveram mais a análise do comportamento do consumidor, trabalhando menos com o comportamento do produtor. Para Hayek, “... the development of this essential complement, the theory of the firm, was largely left to Alfred Marshall and his school”. Quanto ao empresário, Mises desenvolverá uma elaboração específica (Kirzner, 1994: 105) e Schumpeter (1911) tem conhecida contribuição articulando empresário, introdução de inovações e lucro temporário.

Na discussão sobre o dinheiro há um debate sobre a origem de instituições (o dinheiro e a moeda), descrevendo como “o dinheiro não é invenção do Estado” (p. 377), mas produto da ação de indivíduos, cujo “exercício e ... hábito certamente contribuíram muito para transformar as respectivas mercadorias de maior vendabilidade em mercadorias que, aos poucos, passaram a ser aceitas em troca de outras não por muitos, mas por todos os indivíduos” (p. 376). O Estado sanciona um bem que é dinheiro, oficializando sua capacidade de “representação universal” (p. 378). A abordagem de Menger é uma aplicação do individualismo metodológico e uma forma de tratar instituições que será posteriormente trabalhada, em especial, por Hayek.⁹

A teoria de Menger tem elementos dinâmicos importantes, donde o espaço para desenvolvimentos posteriores na linha de Schumpeter e um caminho que desvia-se do pensamento *mainstream*. Três seriam as vias desse afastamento: o papel dos bens superiores no progresso econômico, a identificação do empresário na vida econômica, e a consciência da existência da incerteza – derivada do tratamento dado ao *tempo* na vida econômica.

Finalmente, lembre-se a convergência, em algum nível, da tese de Hayek sobre a produção da ordem a partir de uma certa desorganização originária, com os aportes da teoria da *autopoiesis*, de Maturana e Varela, como sinal de um pensamento que tem forte incidência no debate contemporâneo, para além de qualquer reducionismo formal e obliterante. De qualquer modo, esta tradição é importante para o pensamento econômico na medida em que convoca-o para campos mais amplos e densos que os rarefeitos espaços em que o *mainstream* teima em aprisioná-lo.

10

As abordagens convencionais da história do pensamento econômico são dominadas pela idéia de um *progresso* contínuo em direção ao estado atual da teoria. Este último é o parâmetro a partir do qual as obras do passado são compreendidas e avaliadas. A história da ciência é vista como um processo movido por desenvolvimentos internos às teorias, em que a eliminação do “erro” conduz inexoravelmente ao estado atual do conhecimento. É fácil ver que, a partir desta perspectiva, a existência de estilos nacionais de economia política deve ser impugnada ou tratada como um sinal da permanência de resquícios metafísicos, “erros” ou “incoerências” a serem eliminados com o desenvolvimento da teoria.

À primeira vista, os desenvolvimentos no ensino e pesquisa em economia ao longo das últimas décadas poderiam sugerir que este fosse o caso. Harry Johnson, por exemplo, escrevendo ainda no início dos anos 70, notava que as investigações sobre equilíbrio geral e o emprego de métodos matemáticos e econométricos haviam provocado uma “revolução” na pesquisa econômica desde os anos 50. Esta revolução teria ocorrido sobretudo nos Estados Unidos, substituindo o estilo “filosofante” da velha economia política pela pesquisa apoiada nas novas técnicas matemáticas. Johnson explicava esta vantagem apelando para características institucionais do sistema universitário americano que o tornariam supostamente superior ao dos países europeus e concluía: “*economics has, in fact, become an English-language discipline*” (Johnson, 1973: 74). Como resultado, a comunidade acadêmica dos economistas estaria dividida em três grupos bastante diversos: *i*) os que, tendo passado por um programa de pós-graduação de excelência (*top-notch*) nos EUA, aprenderam e se

⁹ Feijó (2000) descreve Hayek como um “subjetivista evolucionista”. Em Hayek há a visão de instituições (o mercado, principalmente) como uma criação da ação individual, selecionada no processo evolutivo.

apaixonaram pelas novas técnicas de pesquisa, aplicando-as em seus trabalhos; ii) os que, mesmo tendo passado por bons programas de pós-graduação para obter uma posição na Universidade, depois disso se acomodaram e não se envolveram no desenvolvimento de pesquisas; e iii) os que nunca passaram por um programa de pós-graduação de excelência. Para Johnson,

“The first group constitutes the elite of the profession (...). Their style is an international style, though primarily American in origin and outlook, and frequently they have to maintain it in the face of hostility and resentment from their departmental colleagues and of inadequate institutional support. (...) It is the other two groups that constitute the repository of differences in national styles.” (Johnson, 1973: 67).

Entretanto, os desenvolvimentos das duas últimas décadas não deram sustentação a esta tentativa de relegar as diferenças nacionais de estilo ao “baixo clero” acadêmico. Apesar da difusão internacional das novas técnicas de pesquisa, não é difícil constatar que as diferenças de estilos entre as pesquisas praticadas nos EUA e nos países europeus persistem, diferenças que não podem ser atribuídas ao “atraso” das técnicas adotadas em um ou outro lugar. Diz Baumol:

“In that respect, it seems to me that European economics has been able to retain a distinct identity, despite the continuing exchange of scholars, despite the frequency of training of European students in American postgraduate programs and despite the increasing use of a common language, English as the lingua franca. Perhaps this last is merely a generalization of Shaw’s observation that the English and the American possess cultures that are ‘separated by a common language’.” (Baumol, 1995: 192).

A compreensão destas diferenças de estilo ou identidade requer outra maneira de abordar a história do pensamento econômico. Ao invés de partir da premissa de que o desenvolvimento da ciência pode ser representado como um processo único e linear de acúmulo de conhecimentos, trata-se de investigar a maneira como a ciência é efetivamente produzida, isto é, por comunidades de pesquisadores que, apesar de ligadas entre si, têm formas e regras de organização distintas e que, mesmo partilhando problemas e conhecimentos, partem de tradições intelectuais e contextos sociais diferenciados.

Neste caso, a tarefa de reconstituir a história do pensamento econômico envolve um duplo desafio. Trata-se de compreender de que maneira as especificidades histórico-culturais de cada sociedade moldaram estilos particulares de economia política e, *ao mesmo tempo*, deram origem a teorias razoavelmente coerentes e cuja pretensão de validade extrapola os contextos específicos em que foram criados.

Esta maneira de compreender a história da disciplina tem, além disso, implicações para a prática corrente dos economistas:

“From this standpoint, the history of economic thought has an additional role to play, the aim of which is to reconstruct and restore this plurality and diversity of points of view, prompted either by different cultural patterns or a multifaceted economic reality, both caught up in a fairly swift process of change. (...) This itself demonstrates the multiplicity of discourses, the validity of which cannot be gauged by an arbitrarily imposed meta-criterion.” (Almodovar e Cardoso, 1998: 8).

Ao invés de um conjunto único de conceitos e métodos universais, a teoria econômica que emergirá desta reconstituição se apresentará como um discurso sujeito a influências culturais, logo, heterogêneo e plural. Tal imagem representa certamente um desafio para as concepções metodológicas que vem orientando o desenvolvimento da disciplina, concepções que ainda se apoiam largamente numa visão positivista do método da pesquisa científica “*which, in many ways, have impoverished our conceptions of basic economic processes and limited the capacity of economic doctrine to provide the basis for an ‘economic imagination’.*” (Tribe, 1988: 4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMODEVAR, A.; CARDOSO, J.L.. *A history of Portuguese economic thought*. London: Routledge, 1998.
- BAUMOL, W.. What's different about European economics? *Kyklos*, vol. 48, n° 2, 1995.
- BENTHAM, J.. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. (Os pensadores). Trad. port., São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- BOETTKE, P. (org.). *The Elgar Companion to Austrian Economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1994.
- BUJARIN, N. *La economía política del rentista* (crítica de la economía marginalista). Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1974.
- ELLIG, J.. Industrial Organization. In: BOETTKE, P. (org..) *The Elgar Companion to Austrian Economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1994.
- FEIJÓ, R. *Economia e filosofia na escola austríaca*: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000.
- HAYEK, F.. Economics and knowledge. In: *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago, 1948.
- HAYEK, F.. The place of Menger's *Grundsätze* in the history of economic thought. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K.. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, 1984a.
- HAYEK, F.. The pretence of knowledge. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K.. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, 1984b.
- HAYEK, F.. Competition as a discovery process. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K.. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, 1984c.
- HAYEK, F.. The use of knowledge in society. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K.. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, 1984d.
- HAYEK, F.. Introdução. In: Menger, C.. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- IGLÉSIAS, F.. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE/UFMG, 1959.
- JAMES, W.. *Pragmatismo*. (Os Pensadores). Trad. port., São Paulo: Abril, 1974.
- JANIK, A.; TOULMIN, S. *La Viena de Wittgenstein*. Madri: Taurus, 1973.
- JOHNSON, H.. National styles in economic research: the United States, the United Kingdom, Canada, and various European countries. *Daedalus*, n° 102, 1973.
- KOSIK, K. *A Dialética do concreto*. 2ª edição. Trad. port., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEUBE, K.. Friedrich August von Hayek: a biographical introduction. In: NISHIYAMA, C.; LEUBE, K.. *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution/Stanford University, 1984.
- MARX, K.. *Para a crítica da economia política*. (Os Pensadores). Trad. port., São Paulo: Abril, 1974.
- MARX, K.. *O capital*: crítica da economia política. Vol. I, trad. port., São Paulo: Difel, 1982.

- MENGER, C.. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MERTON, R.. *Teoria y estructura sociales*. Trad. esp., 2ª edição, México: F.C.E., 1965.
- MEZAN, R.. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PARSONS, T.. *Ensaio de teoria sociológica*. Trad. esp., Buenos Aires: Paidós, 1967.
- QUESNAY, F.. Le droit naturel. In: _____. *Physiocratie: droit naturel, tableau économique et autres textes*. Paris: Flammarion, 1991a.
- QUESNAY, F.. Maximes générales du gouvernement économique d'un royaume agricole. In: _____. *Physiocratie: droit naturel, tableau économique et autres textes*. Paris: Flammarion, 1991b.
- PESCIARELLI, E.. Smith, Bentham, and entrepreneurship. *History of Political Economy*, vol. 21, n° 3, 1989.
- ROCHA, J. C. C.. *Introdução à máscaras e mimesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROUSSEAU, J. J.. *Obras*. 1º vol.. Trad. port., Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- RUBIN, I.. *A history of economic thought*. Trad. inglesa, London: Ink Links, 1979.
- SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S.. *An outline of the history of economic thought*. Trad. inglesa, New York: Clarendon Press, 1993.
- SMITH, A.. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Trad. port., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- TRIBE, K.. *Governing economy: the reformation of the German economic discourse*. Cambridge: Cambridge U.P., 1988.
- WATT, I.. *A ascensão do romance*. Trad. port., São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WOOD, E. M.. *A origem do capitalismo*. Trad. port., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.